

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOS POBRES DE SANTA CATARINA DE SENA

SEDE E DEPENDÊNCIAS

C.N.P.J. 06.845.408/0001-40
Rua Alto Longá, 4800 - Memorare - Teresina/PI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM R\$ MIL

		CONTAS INTEGRANTES DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								TOTAL DO GRUPO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
MUTAÇÕES OCORRIDAS		PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	TRANSFERÊNCIAS ENVIADAS	TRANSFERÊNCIAS OUTRAS	TRANSFERÊNCIA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	TRANSFERÊNCIAS CONSTRUÇÕES / BENFEITORIAS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	
2002	SALDO EM 31/12/2001	66.973	43.089	0	0	0	0	0	0	110.062
	(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	(880)					0			(880)
	(+) Transferências Recebidas			9.114						9.114
	(-) Transferências Enviadas				(9.114)					(9.114)
	(+) Transferência de Bens da unidade							1.815		1.815
	(-) Transf. para a Sede do custo de Reformas/Construções.							(1.815)		(1.815)
	(-) Transf. de Obrigações receb. do Centro Prom. Sta. Teresinha					(2)				(2)
	(+) Transf. de Obrigações p/ Esc. Sta. Teresinha					2				2
	VI. do Result. dos Exercícios 2000 e 2001 que se incorpora ao sl. da conta Patr. Social	43.089	(43.089)							0
	(+) Superávit do Exercício 2002		16.654							16.654
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	0		(9.114)	9.114	0	0	0	0	0
	SALDO EM 31/12/2002	109.182	16.654	0	0	0	0	0	0	125.836
2003	(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	10								10
	(+) Transferências Recebidas			7.951						7.951
	(-) Transferências Enviadas				(7.951)					(7.951)
	Transferência de Bens Recebidos das Unidades						303			303
	(+) Transferência de Bens Recebidos da Sede					0	4.485			4.485
	(-) Transferência de Bens para as Unidades						(4.647)			(4.647)
	(-) Transferência de Bens para a Sede						(141)			(141)
	(+) Reavaliação s/ Imóvel								15.788	15.788
	(+) Superávit do Exercício 2003		15.081							15.081
	(+/-) Incorporação à Conta Patrimônio Social	16.654	(16.654)	(7.951)	7.951	0	0	0		0
	SALDO EM 31/12/2003	125.846	15.081	0	0	0	0	0	15.788	156.715

Maria do Amparo Mesquita Machado
Diretora - Presidente
C.P.F. 687.580.143-49

Joana Dark Santos Pereira
Tesoureira
C.P.F. 066.480.703-82

Marcelo Roberto Monello
TC - 1SP - 207467/O-2 - CRC
C.P.F. 151.265.868-58

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOS POBRES DE SANTA CATARINA DE SENA SEDE E DEPENDÊNCIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002 - em R\$ Mil

Nota 1) CONTEXTO OPERACIONAL:
CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DOS POBRES DE SANTA CATARINA DE SENA, C.N.P.J. 06.845.408/0001-40, é uma associação civil, confessional, beneficente e filantrópica, de caráter educacional e de assistência social, sem fins lucrativos, que tem por finalidade oferecer e desenvolver a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e a prestação de serviços de assistência e promoção social e que se rege pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável;
Nota 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:
As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e suas alterações posteriores, em que lhe é aplicável;
Nota 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Foram atendidas a todas as normas constantes da Resolução nº 877 do Conselho Federal de Contabilidade-CFC, de 18 de abril de 2000, que aprovou a NBC T 10.19, que visa orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **b) REGIME:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência. **c) DIREITOS E OBRIGAÇÕES:** Os direitos e obrigações da entidade estão de conformidade com seus efetivos valores, conhecidos e calculáveis em Real; **d) APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência; **d.1)** Estes recursos destinam-se à aplicação em suas finalidades institucionais; **e) PROVISÕES e 1) PCLD (PDD):** O valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituído de forma a cobrir as perdas estimadas na realização das Anuidades Escolares, na forma da lei; **f) IMOBILIZADO f.1)** A Entidade procedeu reavaliação de todos os seus imóveis, através de laudo técnico emitido por profissional competente, em 30/09/2003. A depreciação da conta Edificações nos meses de outubro/2003 a dezembro/2003 foi calculada pelo método linear, com taxa de 4% ao ano. **f.2)** Exceto nas contas Terrenos e Edificações, que foram atualizadas pelo referido laudo de reavaliação, as contas do Ativo Imobilizado se apresentam pelo custo de aquisição ou valor original, visto que a entidade não procedeu a Correção Monetária de Balanços em exercícios anteriores. As baixas de bens do Imobilizado foram efetuadas também pelo custo de aquisição e a diferença entre este valor e o valor de venda foram apropriadas em conta de resultado. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens. Os saldos das contas do Imobilizado e as taxas adotadas de depreciação ficaram como segue:

CONTAS DO ATIVO IMOBILIZADO	% Deprec.	2003	2002
Edificações	4 %	17.241	5.697
Instalações / Máqs. e Equipam. / Móveis e Utensílios.	10 %	2.510	1.527
Veículos e Equip. de Informática	20 %	1.003	776
Outras Imobilizações	10%	118	534
Telefone		0	10
Reformas e Benfeitorias - Imóveis		508	579
Terrenos		5.985	0
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		27.365	9.123
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA		(1.400)	(1.081)
SALDO GRUPO ATIVO IMOBILIZADO		25.965	8.042

g) OUTRAS OBRIGAÇÕES (PC): O item "Outras Obrigações" refere-se a matrículas e parcelas de anuidades recebidas antecipadamente neste exercício, registradas no Passivo Circulante por se tratar de receita do exercício seguinte; **h)** As transferências ocorridas entre as unidades não compõem o resultado do exercício; **i)** As receitas estão apuradas pelo regime de competência, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incoeríveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos; **j)** Os recebimentos da entidade são apurados através de comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros; **k)** Eventualmente a entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. No ano de 2003 a entidade recebeu as seguintes doações: **L1)** Pessoas Físicas e Cooperadores: R\$ 19 **L2)** Pessoas Jurídicas: R\$ 17 **I)** A entidade recebeu no ano de 2003 Auxílios e Subvenções do Poder Público, demonstradas a seguir, e que totalizam um montante de **R\$ 11:**

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES DO PODER PÚBLICO	R\$
a) Convênio SEMTCAS – CSDA	1
b) Convênio SETRAPs – LPCC	9
c) Convênio SETAS – CPTS – PSCJ	1

Nota 4) AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

O valor constante na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos como "Ajuste de Exercícios Anteriores", num total de R\$ 10 referem-se a: **4.1)** Mensalidades recebidas referente aos anos de 1995/98/99/00 num total de R\$ 3; **4.2)** Despesas pagas referente a anos anteriores, num total de R\$ 1; **4.3)** Reclassificação de lançamentos, lançados em anos anteriores como despesa, mas que se referem a compras do Ativo Imobilizado, num montante de R\$ 6.

Nota 5) CONTINGÊNCIA TRIBUTÁRIA

Em vista das alterações constantes da Lei 9.732/98, em vigor desde abril de 1999, foram introduzidas mudanças que visam limitar a Isenção (Imunidade) das Contribuições à Seguridade Social – INSS.

A entidade possui Medida Liminar que lhe assegura a situação aplicável à lei anterior. Entretanto, em se tratando de entidade de fins filantrópicos está imune da quota patronal de previdência social, e ainda, protegida pela liminar concedida na ação direta de inconstitucionalidade nº 2028-5 de 14/7/1999.

A Entidade vem calculando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei 8.212/91 em sua redação primitiva. Após análise detida pela Administração e seus consultores jurídicos, o entendimento é que a exigência é inconstitucional, indevida e remota a possibilidade de perda. Portanto, embora esses valores sejam calculáveis, decidiu-se não constituir provisão para esse fim. Esses valores, anuais, equivalem a Isenção (Imunidade) Usufruída - INSS, elencadas nas contas de compensação.

Nota 6) ATIVIDADES FILANTRÓPICAS – EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais; **b)** A entidade utiliza-se do Grupo Compensado, constante do Balanço Patrimonial para o registro e controle de suas **Gratuidades Concedidas**, do Custo da Isenção (Imunidade) da Quota Patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição. **b.1)** Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da entidade. **c)** No atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do decreto nº 2.536/98, a entidade no ano de 2003 concedeu, através de seus Projetos Sócio-Educacionais, Gratuidades conforme o demonstrativo abaixo:

DETERMINAÇÃO DA RECEITA BASE PARA CÁLCULO DAS GRATUIDADES - BENEFICÊNCIAS	
A	Receitas Escolares
B	Pensão de Idosos
C	Cursos Extra - Curriculares
D	Receitas Assistenciais
E	Receitas Financeiras e Patrimoniais
F	Auxílios e Subvenções Públicas
G	Receitas Transitórias e Eventuais
H	Receitas Gerais
I	Receitas de Taxas e Emolumentos Escolares
J	= Receita Total (A + B + C + D + E + F + G + H + I + J)
K	(-) Receita de Anuidades - Gratuidades
L	(-) Pensão de Idosos - Gratuidades
M	(-) Cursos Extra - Curriculares - Gratuidades
N	(-) Acréscimos Escolares - Dispensados
O	(-) Receita de Gratuidades - Serviços das Associadas
P	(-) Receita de Gratuidades - Cargos de Diretoria
Q	(-) Imóveis em Comodato
R	(-) Auxílios e Subvenções Públicas
S	(-) Resultado na Venda do Imobilizado
T	= Receita - Base Gratuidade (J - H - I - J - L - K - L - M - N - O - P - R - S)
Valor da Gratuidade - Decreto Federal 2.536/98 (20% x T)	
Isenção (Imunidade) Usufruída - INSS	

DEMONSTRAÇÃO DA GRATUIDADE CONCEDIDA	
Projeto Amparo ao Idoso	478
Projeto Amparo à Saúde	25
Projeto Amparo à Criança / Adolescente / Jovem	730
Projeto Amparo as Famílias Carentes	504
Projeto Promoção - Integração ao Mercado de Trabalho	15
Projeto Educacional - Bolsas de Estudo	4.271
Projeto Educacional - Acréscimos Dispensados	127
Projeto Educacional - Serv. Associadas	340
Projeto Educacional - Cargos da Diretoria	129
Projeto Amparo à Moradia	2
Projeto Casa de Apoio Savina Petrilli	55
Projeto Viabilização de Atendimento / Assistência Social	766
Projeto Lar Nossa Senhora de Fátima	297
U	Valor Total da Gratuidade Concedida
Percentual (%) de Gratuidades Concedidas sobre a Receita Base (U / T)	

NOTAS:

- Os valores para determinação da Receita Base da Gratuidade foram extraídos da **Demonstração do Superávit do Exercício 2003**, do grupo "Receitas".
- O montante de "Gratuidades Concedidas" e da "Isenção da Quota Patronal Usufruída" figuram no **Balanço Patrimonial**, nos grupos "Ativo/Passivo Compensado" em rubrica própria.
- Os Programas e seus Projetos encontram-se no Relatório de Atividades.

d) As GRATUIDADES CONCEDIDAS pela entidade no exercício 2003, através de seus Projetos Filantrópicos, totalizam um montante de **R\$ 7.739 e)** Os valores de **GRATUIDADES CONCEDIDAS** pela entidade foram compostos através de custos apurados através de controles internos e contábeis da entidade, e constam do Grupo Compensado, bem como da Demonstração do Superávit; **f)** O custo da isenção (imunidade) da quota patronal da previdência social usufruída pela entidade no ano de 2003 foi de **R\$ 1.923**.

Nota 07) Em 31/12/2002 foram encerradas as atividades da unidade **Centro Promocional Santa Teresinha**, antigo C.N.P.J. 06.845.408/0014-65. Seus bens e direitos, bem como o valor do Resultado do Exercício 2002, constante do grupo Patrimônio Líquido, foram transferidos e incorporados à Sede.

Nota 08) SUPERÁVIT: O superávit do exercício é destinado para a manutenção das atividades, para atender aos dispositivos legais vigentes e da Continuidade da Entidade, e será incorporado à conta Patrimônio Social (PL) após aprovação da Assembléia Geral dos Associados.

Teresina, PI, 31 de dezembro de 2003.

Maria do Amparo Mesquita Machado
Diretora – Presidente
C.P.F. 687.580.143-49

Joana Dark Santos Pereira
Tesoureira
C.P.F. 066.480.703-82

Marcelo Roberto Monello
TC – CRC 1SP207467/O-2
C.P.F. 151.265.868-58